

**PREVIDÊNCIA SOCIAL E DESIGUALDADE REGIONAL NO BRASIL:  
UMA ABORDAGEM MULTIESCALAR****Marcelo Abi-Ramia Caetano**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

**Leonardo Monteiro Monasterio**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea

O objetivo deste texto é analisar o impacto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na distribuição regional da renda. Em 2011, o pagamento de benefícios previdenciários no RGPS somou 6,8% do produto interno bruto (PIB) e o montante arrecadado atingiu a cifra de 5,9%. O estudo examina os impactos da política previdenciária sobre a distribuição regional de renda no Brasil em distintas escalas por meio de um conjunto de testes econométricos. Como forma de averiguar a robustez dos resultados, usaram-se também medidas convencionais de equidade, como índices de Gini e de progressividade.

A análise descritiva do estudo voltou-se para a relação entre arrecadação e benefício previdenciário nas escalas municipal, microrregional, mesorregional, estadual e por Grandes Regiões. Os resultados evidenciam a disparidade espacial de tal relação no Brasil, mesmo dentro de uma mesma região. Enquanto o Pará recebe um saldo previdenciário líquido de cerca de R\$ 2,3 bilhões (R\$ 305 *per capita*), o Amazonas tem um saldo negativo de R\$ 182 milhões. A maior surpresa ocorre na região Sul. Todos os estados da região possuem saldos positivos que totalizam R\$ 12,5 bilhões. Isto equivale a um saldo previdenciário de R\$ 457 *per capita* por ano.

Por seu turno, os resultados econométricos, com os devidos controles, indicam que a variável arrecadação por benefício está inversamente correlacionada ao nível do PIB *per capita*. Isto indica, portanto, certa progressividade das transferências previdenciárias no Brasil. Ao nível municipal, um aumento de 1% do PIB *per capita* está associado ao aumento do quociente arrecadação/benefício de 0,73%. No mesmo sentido, a análise do índice de Gini para distribuição do PIB *per capita* por município sugere que tais transferências reduzem tal medida de 0,39 para 0,35.

Em suma, o estudo concluiu que o RGPS tributa mais fortemente as regiões mais ricas para pagar benefícios nas outras mais empobrecidas, qualquer que seja a escala, municipal, micro ou mesorregional. Em todas elas, foi possível observar o caráter progressivo do RGPS.

SUMÁRIO EXECUTIVO